



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0006211-58.2010.8.17.0000(0212802-9)

001

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSÉ RICAOM VIEIRA SOARES

PACIENTE: RINALDO RAMOS DA SILVA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

5734

EMENTA: HABEAS CORPUS. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. RÉU FORAGIDO DO DISTRITO DA CULPA POR QUASE 20 ANOS. PRISÃO PREVENTIVA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 21 DO STJ. CIRCUNSTÂNCIAS SUBJETIVAS PESSOAIS. IRRELEVÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. – ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Circunstâncias pessoais não confere ao réu direito subjetivo a liberdade provisória quando evidenciada a participação deste no crime.

fcsi

2. Quando o extrapolamento do prazo processual decorre de fuga do réu do distrito da culpa, justifica-se a segregação deste para a garantia de aplicação da lei penal. Não evidencia constrangimento ilegal a manutenção da prisão até o julgamento pelo Tribunal do Júri.
3. Consoante entendimento sumulado, pronunciado o réu, fica superada a alegação de constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.
4. Julgamento pelo Tribunal pelo Júri encontra-se em vias de ser realizado.
5. Ordem de *habeas corpus* que se denega por inequívoca falta de demonstração do direito alegado que superado é incapaz de alterar situação já consolidada nos autos.

ACÓRDÃO

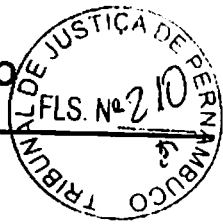
Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0006211-58.2010.8.17.0000(0212802-9), em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, sem discrepância de votos, em denegar a ordem requerida, nos termos do voto do Relator.

Recife, 1º de junho de 2010.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente/relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0006211-58.2010.8.17.0000(0212802-9)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSÉ RICAOM VIEIRA SOARES

PACIENTE: RINALDO RAMOS DA SILVA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

003

RELATÓRIO

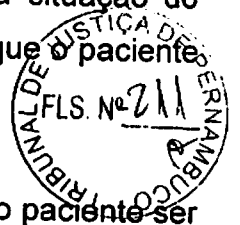
Trata-se de ordem de *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo Bel José Ricaom Vieira Soares em favor do paciente Rinaldo Ramos da Silva, que foi preso preventivamente em 05 de junho de 2009 e pronunciado em 28 de maio de 1999 pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal, no qual aponta como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Sertânia-PE.

Consta nos autos que o paciente no dia 15 de outubro de 1989, no Sítio Campos, no município de Sertânia, em uma festa de aniversário, assassinou, com um revólver, a vítima José Bonifácio Nunes, que sendo paraplégico ficou impossibilitado de esboçar qualquer defesa.

O impetrante asseverou que foi requerido relaxamento da prisão preventiva do paciente. Assim sendo, abriu-se vista ao *Parquet* para se manifestar em 19 de novembro de 2009. Todavia, apenas em 04 de dezembro do referido ano, o representante do Ministério Público retirou os autos, devolvendo os mesmo em 18 de janeiro de 2010, ou seja, ficando quase 02(dois) meses em seu poder, o que configura excesso de prazo imotivado.

prbm 1

Argumentou ainda o impetrante que para agravar a situação do paciente, a sua liberdade foi indeferida, com a singela motivação de que o paciente havia se evadido do distrito da culpa.



Afirmou o impetrante que não há nos autos notícias do paciente ser uma pessoa perigosa e nem que tenha ameaçado a família da vítima ou testemunhas, sendo ele primário, com endereço fixo e agricultor.

004

Aduz, ao final, o impetrante que o paciente encontra-se preso há mais de 10(dez) meses e 12(doze) dias, sem que tenha havido o seu julgamento perante o Tribunal do Júri. Assegura, assim, excesso de prazo, requerendo a concessão da ordem a fim de ser expedido o competente alvará de soltura em favor do paciente Rinaldo Ramos da Silva.

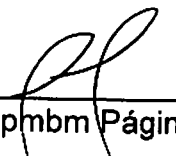
A impetração veio acompanhada dos documentos de fls. 18/170.

Às fls. 176 a 177, indeferi a liminar requerida.

À fls. 183/184, a autoridade apontada coatora prestou informações.

A douta Procuradoria de Justiça opinou pela denegação da ordem, às fls. 200 a 204.

É O RELATÓRIO.


pmbm Página 2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0006211-58.2010.8.17.0000(0212802-9)

HABEAS CORPUS

005

IMPETRANTE: JOSÉ RICAOM VIEIRA SOARES

PACIENTE: RINALDO RAMOS DA SILVA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

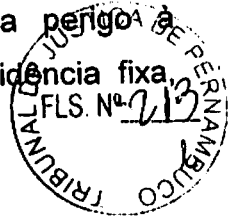
Sr.(a) Procurador(a).

O Bel José Ricaom Vieira Soares impetra a presente ordem de *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de Rinaldo Ramos da Silva, já devidamente qualificado nos presentes autos, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Sertânia-PE.

Depreende-se dos autos, que o paciente encontra-se preso desde o dia 05 de junho de 2009, na Cadeia Pública de Ouricuri, pela prática do delito previsto no art. 121, 2º, incisos II e IV do Código Penal, por ter, no dia 15 de outubro de 1989, no Sítio Campos, no município de Sertânia, em uma festa de aniversário, ceifado, com tiro de revólver, a vida da vítima José Bonifácio Nunes, que se encontrava desarmada e era paraplégica, o que impossibilitou qualquer reação.

Aduz o impetrante que, até a presente data, o paciente está recolhido há mais de 10(dez) meses e 12(doze) dias, sem que tenha havido a definição de sua situação jurídica, ou seja, ainda não houve a designação do seu julgamento perante o Tribunal do júri. Configurando assim constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Assevera o impetrante que o paciente não apresenta perigo à comunidade, pois possui bons antecedentes, é réu primário e tem residência fixa, devendo, assim, ser posto em liberdade.



Requer o impetrante, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem a fim de ser expedido o competente alvará de soltura em favor do paciente Rinaldo Ramos da Silva, em razão do alegado excesso de prazo na formação da culpa. 1006

Ao apresentar as informações a autoridade apontada coatora, nas fls. 183/184, relatou que o paciente foi denunciado pela suposta prática do art. 121, § 2º, incisos II e IV do Código Penal. A denúncia foi recebida em 15 de dezembro de 1995 e o acusado foi citado por edital, uma vez que não compareceu para o interrogatório. Em 29 de março de 1996, este Juízo decretou a prisão preventiva em desfavor do paciente por se encontrar em lugar incerto e não sabido. A Sentença de pronúncia foi proferida em 28 de maio de 1999. Em 05 de junho de 2009, ou seja, quase 20 anos após o crime o paciente foi preso preventivamente. No presente momento o processo encontra-se na fase do art. 422 do Código de Processo Penal.

De acordo com as referidas informações, verifica-se que a alegação de excesso de prazo não merece prosperar, pois conforme relatado pela autoridade coatora o retardamento do processo não pode ser imputado ao juízo processante, uma vez que o magistrado foi extremamente diligente, tomando todas as medidas cabíveis e o excesso de prazo por acaso existente se deve ao tempo em que o paciente esteve foragido, visto que a sua prisão preventiva somente veio a ser efetuada em 05 de junho de 2009, o que fez com que o processo ficasse suspenso por um longo período.

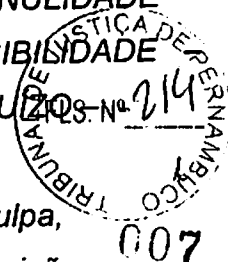
Sendo indubitoso, portanto, que o atraso ocorrido anteriormente a prolação da sentença de pronúncia decorreu exclusivamente por parte da defesa, já que o paciente após o crime cometido evadiu-se do distrito da culpa, permanecendo ausente por quase 20 anos, fazendo assim necessária a manutenção da sua prisão cautelar como garantia da ordem Pública e para assegurar a aplicação da lei penal.

Neste sentido, colaciono o seguinte julgado:

HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO QUALIFICADO – CUSTÓDIA CAUTELAR – FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA – PACIENTE QUE

pmbm Página 2

PERMANECEU FORAGIDO DURANTE SEIS MESES – NULIDADE –
PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS – POSSIBILIDADE
PRESENÇA DE DEFENSORES – AUSÊNCIA DE PREJUIZO
CONCEDIDA A ORDEM.



1- Evidenciado que o acusado evadiu-se do distrito da culpa, permanecendo foragido por longa data, justifica-se sua prisão preventiva para a garantia de aplicação da lei penal. (HC 101539/GO, Relator Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), DJe 09/06/2008)

Diante do

Além do mais, tal atraso está fulminado pela prolação da Sentença de Pronúncia, devendo assim seguir a orientação determinada pela súmula 21, do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe: **"PRONUNCIADO O RÉU, FICA SUPERADA A ALEGAÇÃO DO CONSTRANGIMENTO ILEGAL DA PRISÃO POR EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO"**.

Quanto ao lapso de tempo existente entre a sentença de pronúncia e o julgamento perante o Tribunal do Júri, vislumbro não haver sido ferido o princípio da razoabilidade, visto que o MM Juízo vem buscando a maior celeridade possível ao feito, estando o mesmo na fase do art. 422 do Código de Processo Penal, ou seja, quase pronto para julgamento pelo Tribunal do Júri, que deverá ser realizado nos próximos dias.

Desta forma, pode-se afirmar que não há nenhum constrangimento ilegal advindo do atraso na prestação jurisdicional, tendo em vista que o paciente já foi pronunciado e a ação penal está às vésperas de julgamento pelo Tribunal do Júri.

Ademais, tem-se que a primariedade, a ausência de antecedentes criminais e a residência fixa, por si sós, não afastam a possibilidade de manutenção da prisão preventiva, uma vez que as condições pessoais favoráveis não são garantidoras de eventual direito subjetivo à liberdade quando a necessidade da prisão é recomendada por outros elementos dos autos, como no presente caso.

Nesse sentido vale colacionar o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

"(...) 2. Havendo menção às situações concretas que demonstrem a necessidade de se preservar a garantia da ordem pública e a

conveniência da instrução criminal, quais sejam, as ameaças dirigidas às testemunhas e a reiteração da prática delituosa, mostra-se devidamente justificada a prisão cautelar. 3. Eventuais condições pessoais favoráveis não garantem o direito subjetivo à revogação da custódia cautelar quando a prisão preventiva é decretada com observância no art. 312 do CPP. (...)." (STJ, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, HC 70480/GO, DJ 03/04/2008).

Ante o exposto, não vislumbrando constrangimento ilegal a ser sanado via *habeas corpus*, pois a demora aduzida pela impetrante ocorreu por motivo de força maior, não podendo ser atribuído ao juízo o alegado constrangimento ilegal, vez que a realização dos atos processuais aconteceram dentro de uma razoabilidade.

Diante do exposto, em consonância com o parecer do douto Procurador de Justiça, não vislumbrando qualquer constrangimento ilegal a ser sanado através do presente *writ*, o meu voto é pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.